

**Educação como espaço idealizado de emancipação das mulheres: Leitura de duas
brasileiras e algumas problematizações**

Joice Oliveira Pacheco, Unisinos
joicepacheco@bol.com.br

Minha proposta nesse texto é analisar o pensamento de Maria Lacerda de Moura (séc. XX) e de Nísia Floresta (séc. XIX) acerca do papel que atribuem à educação no processo/possibilidade de emancipação das mulheres em algumas de suas obras. Minha impressão, a partir das leituras que fiz, é de que ambas viam na educação importante espaço para que as mulheres tomassem consciência da sua condição (de opressão, inferioridade, ignorância, submissão, como elas colocam) e conquistassem outros espaços, outros papéis. Ambas entendiam que tendo acesso à educação (mas uma educação que as preparasse intelectualmente!) as mulheres conseguiriam diminuir – ou mesmo superar – a desigualdade social existente entre homens e mulheres e, dessa forma, possibilitariam a construção de uma sociedade mais justa, mais humana, uma sociedade mais igualitária, e mesmo, mais feliz.

Todavia, lendo algumas de suas obras e refletindo a condição das mulheres no Brasil atual, imagino o que pensariam Nísia e Maria Lacerda se vivessem hoje, se retornassem agora ao Brasil e olhassem para as mulheres na situação e na condição em que se encontram, se olhassem para as relações estabelecidas hoje entre homens e mulheres. Estariam elas satisfeitas? Era disso que falavam/escreviam? Era por essa *outra condição* que lutavam? Afinal, são indiscutíveis os avanços e as conquistas em prol dos direitos das mulheres: acesso **obrigatório** – assim como o é para os homens – à educação, presença nas mais diferentes profissões, voto, divórcio, delegacia da mulher, leis de proteção à mulher, participação na política, na administração pública, no poder judiciário, no legislativo, na segurança pública, no jornalismo, etc.

Mas, ao mesmo tempo, observando o cotidiano das mulheres, é possível perceber que as desigualdades nas relações de gênero permanecem, assumindo diferentes formas, e se perpetuando, muitas vezes através das próprias mulheres, na educação que dão aos seus filhos e filhas, no seu comportamento, na educação escolar que possibilitam quando docentes. Diante disso, parece importante questionar em que medida a educação pode contribuir para a emancipação das mulheres, para a libertação da condição de dependência a que estão submetidas na sua relação com os homens. Será que ela pode contribuir? Que educação é capaz de despertar para a consciência da condição de subserviência?

Embora se apresentem muito atuais, essas questões não são novas, elas já inquietavam o pensamento de algumas mulheres no Brasil, em tempos passados. Nísia Floresta no século XIX e

Maria Lacerda de Moura, um século mais tarde, refletiram acerca da importância da educação para a emancipação das mulheres, algumas vezes descrevendo, outras propondo a educação na qual acreditavam ou a reivindicando, ou ainda, criando escolas específicas para meninas com uma concepção pedagógica e um currículo inovadores para a época, como foi o caso de Nísia Floresta.

Contudo é preciso considerar e não perder de vista ao longo dessa reflexão as diferentes condições sociais e relações de gênero estabelecidas em um e outro contexto (séculos XIX, primeira metade do século XX, e a atualidade), as quais definiam/definem não só a situação das mulheres na sociedade de cada época, mas possibilitavam/possibilitam diferentes problematizações e teorizações sobre a questão da educação e sua relação com a (não) emancipação das mulheres. Ou seja, pensar a educação como possibilidade de libertação das mulheres de sua condição de servidão e dependência num período em que a educação – mesmo a básica – não lhes era acessível, é diferente de pensar essa relação num momento em que as mulheres não apenas têm acesso à educação, mas praticamente superam os homens em número tanto no ensino fundamental e médio, como no ensino superior¹.

Século XIX: a educação para mulheres no pensamento de Nísia Floresta

Escritora, educadora e poetisa, Dionísia Gonçalves Pinto, ou Pinto Lisboa, nasceu no Rio Grande do Norte, no município de Papari, em 1809-1810(?), mas ficou conhecida pelo pseudônimo de Nísia Floresta Brasileira Augusta.² O primeiro trabalho de Nísia foi a divulgação da obra da escritora britânica Mary Wollstonecraft, em 1832, aos 22 ou 23 anos. A obra *A vindication of the rights of woman*, publicada em Londres, em 1792, expunha a idéia de que a verdadeira liberdade requer a igualdade entre mulheres e homens. No entanto, esse foi apenas o primeiro trabalho de uma produção intelectual revolucionária e intensa, que, ao longo de sua vida, apresentou-se atravessada por diferentes idéias e correntes de pensamento, implicando uma tensão que caracteriza o seu feminismo, tal como afirma Peggy Sharpe-Valadares (FLORESTA, 1989a)³.

Para Nísia, a sujeição das mulheres, a condição de inferioridade a que estavam submetidas decorria essencialmente do impedimento de terem “boa educação” e das “circunstâncias da vida”. No seu entender, os homens eram culpados pela situação de ignorância e dependência em que se

¹ Afirmação baseada em indicadores do IBGE. Os dados estão disponíveis no endereço: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2008/indic_sociais2008.pdf

² Para uma biografia mais completa de Nísia Floresta, consultar *Nísia Floresta - Vida e Obra* -, escrita por Constância Lima Duarte, em 1995.

³ FLORESTA, Nísia. 1809 ou 10-1885. Opúsculo humanitário. Ed. Atual. / com estudo introdutório e notas de Peggy Sharpe-Valadares. – São Paulo : Cortez; [Brasília, DF]: INEP, 1989a. – (Biblioteca da educação. Série 3; mulher tempo, v.1)

Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

encontravam a grande maioria das mulheres, e faziam isso através da alegação, entre outras coisas, da fraqueza física da mulher, da incapacidade de se autogovernar.

E é na compreensão dessas relações de poder estabelecidas entre os gêneros que Nísia surpreende, não apenas percebendo, mas mesmo, apresentando propostas de reformas sociais fundamentadas na idéia de que a inferioridade do sexo feminino “é uma mera construção cultural, e que a mulher e o homem são dotados, por igual, da mesma natureza humana” (FLORESTA, 1989a, p. xxix). Assim, ao longo de sua vida, e nas mais diversas obras e artigos que escreveu, Nísia Floresta lutou para que a competência intelectual fizesse parte do cotidiano das mulheres. Para Eva Alterman Blay, a autora foi

precursora ao mostrar que a mulher foi envolvida em uma rede: não lhe dão educação pois elas não desempenham tarefas em espaços públicos, e elas não as desempenham pois não são educadas. Daí o círculo que só será rompido pela educação. (BLAY in FLORESTA, 1989B, p. 10)⁴

A autora estava mesmo convencida de que toda condição de opressão, ignorância e toda desigualdade nas relações entre homens e mulheres podia ser justificada pela diferença na educação que ambos recebiam. Em sua obra *Direito das mulheres e injustiça dos homens* (1832), a autora se dedica a “provar” – como ela define – que (bem) educadas todas as mulheres poderiam exercer as mesmas funções que os homens e desenvolveriam as mesmas capacidades para governar, ensinar as ciências e quanto ao entendimento. As diferenças nos papéis e nos lugares sociais que a cada um estava reservado, assim como a inaptidão das mulheres para a vida pública, os empregos e as ciências, não eram, na visão de Nísia, senão o resultado da educação dada a cada um, do preconceito para com o sexo feminino e do costume, ou seja, da cultura naquele tempo-espço instituída.

Ao longo dessa obra, que deve ser entendida levando-se em consideração além do contexto social e histórico, a idade da autora com sua inexperiência e sua formação autodidata, Nísia Floresta usa de uma retórica perspicaz e envolvente, (atualmente cômica também) procurando mostrar as “injustiças” cometidas pelos homens ao sexo oposto e provar que a mulher não apenas não é inferior ao homem, mas o é superior. A educação é apresentada nesse contexto como – se não a única – a forma mais importante de superação dessas desigualdades.

Considerando o objetivo desse texto, destaco dois pontos do pensamento da autora que entendo importantes: o primeiro refere-se ao tipo de educação para meninas/ mulheres, que Nísia defende, e cuja proposta está muito vinculada à manutenção da família tradicional, dentro de uma

⁴ FLORESTA, Nísia. 1809 ou 10-1885. Direitos das mulheres e injustiça dos homens / Nísia Floresta Brasileira Augusta. – 4. ed. / ed. atual. com introdução, notas e posfácio de Constância Lima Duarte. – São Paulo: Cortez, 1989b. – (Coleção biblioteca da educação. Série 3; v. 3)

Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

concepção cristã, ao bom exercício do papel de esposa e de mãe, e à utilidade da mulher para a sociedade. O segundo ponto que quero destacar é a relação educação-emancipação no pensamento da autora.

À primeira vista, o texto de Nísia pode ser desestabilizador para quem espera encontrar nele uma defesa mais explícita da emancipação das mulheres da sua condição. Na verdade, o que Nísia reivindica ao longo de sua produção intelectual e de sua experiência como educadora e diretora de uma escola para meninas (tão criticada e ousada para a época), não é mais do que o acesso das mulheres à educação, isto é, a uma educação que as desenvolvesse intelectualmente – o que era muito diferente da educação que se lhes oferecia à época. O objetivo desta educação, conforme entendia, e defendia, era tornar as mulheres melhores esposas e melhores mães.

Nísia não economiza em afirmar que a educação da mulher seria vantajosa para ambos os sexos, esforçando-se por demonstrar as capacidades, as habilidades e a utilidade social das mulheres. Assim, ela vai defender a necessidade de uma reforma educacional no Brasil, para a qual enfatiza, especialmente na obra *Opúsculo Humanitário* (1853), a importância da formação religiosa-moral das mulheres:

A vós pais de família, a vós cumpre remediar os erros das gerações extintas! Educai vossas filhas nos sólidos princípios da moral, baseada no perfeito conhecimento de nossa santa religião, no exemplo de vossas virtudes, quer domésticas, quer cívicas. Em vez da leitura de inflamantes e perigosos romances que imprudentemente lhes deixais livre, fornecei-lhes bons, escolhidos livros de moral e de filosofia religiosa, que formem o seu espírito, esclareçam e fortifiquem sua razão. (FLORESTA, 1989a, p. 158)

A autora surpreende o leitor desprevenido, ao mostrar-se, em muitos momentos, extremamente conservadora. Suas propostas e sua luta visavam uma educação feminina cuja finalidade, à primeira vista, parece favorecer ao homem, ao buscar formá-la melhor esposa e mãe. No entanto como bem escreve Constância Lima Duarte

(...) se a analisamos lembrando a sociedade patriarcal de meados do século XIX, os preconceitos mouriscos que enclausuravam as mulheres nas próprias casas, a total falta de direitos de estudar, escolher o marido, criar os filhos e até de manifestar uma simples opinião, as idéias de Nísia Floresta crescem e adquirem uma dimensão inusitada (...). (FLORESTA, 1989a, p.163)

A partir dessa compreensão fica mais fácil entender as posições assumidas pela autora, e em especial diante do tema da emancipação das mulheres, do qual Nísia parece abrir mão enquanto reivindicação ou preocupação sua. Em diversos momentos, a autora afirma que não busca a emancipação das mulheres, “nem transformar a ordem presente das coisas” (FLORESTA, 1989b, p. 89). Para ela a educação e a emancipação das mulheres são duas coisas distintas, e ela não luta pela

emancipação das mulheres, mas pela sua educação, crendo que esta última mais conveniente será às sociedades modernas.

Esse posicionamento de Nísia frente ao tema da emancipação da mulher provoca alguns questionamentos. Primeiro: o que Nísia compreendia por emancipação? E segundo: é possível pensar educação desvinculada de emancipação? Será que nem toda educação possibilita emancipação? E ainda: Nísia não era um exemplo concreto de mulher educada e emancipada?

Para Constância Lima Duarte (FLORESTA, 1989b, p.124), este “recuo”, como ela denomina, este “pequeno passo para trás” dado por Nísia, pode ser compreendido como “uma conciliação com as práticas dominantes, ou um ceder às forças da hegemonia ideológica da elite patriarcal”. Como bem destaca esta autora, é preciso reconhecer que contra Nísia pesavam a força da tradição nordestina e a hegemonia do patriarcalismo. No entanto, mesmo tendo dado este “pequeno passo para trás”, o seu salto à frente foi certamente muito maior. Pois se Nísia considerava a emancipação das mulheres separada da educação, suas obras e suas idéias influenciaram significativamente os debates posteriores sobre a questão dos direitos e da emancipação da mulher.

Mas se a questão da emancipação feminina na obra e no pensamento de Nísia Floresta não pode ser compreendida a partir da definição e das expectativas que atribuímos ao termo atualmente, em que pese as diferentes realidades sociais de cada época, como já destacado anteriormente, suas obras possibilitam uma viagem no tempo, na história das mulheres brasileiras, dos seus cotidianos, e permitem ainda, diversas indagações e reflexões acerca do momento presente. Olhando para os textos e o contexto em que Nísia escreve, intriga-me pensar o que as mulheres buscam atualmente na educação. Afinal, o que o acesso à educação, tão reivindicado por Nísia Floresta, tem possibilitado às mulheres quase dois séculos mais tarde? Transformaram-se elas em melhores esposas e mães? Diminuíram as desigualdades entre os sexos? E ainda, estaria Nísia equivocada ao separar emancipação de educação? Toda educação é, por si só, emancipadora? O que há, hoje, apesar de tantas conquistas em prol das mulheres, apesar de receberem a “mesma” educação escolar que os homens, que faz com que não se sintam autorizadas a escrever, a tomar decisões sozinhas, a operar transformações significativas nas relações que estabelecem com os seus pares? Será que Nísia compreenderia?

O pensamento transgressor de Maria Lacerda de Moura

Nascida em Minas Gerais a 16 de maio de 1887, desde jovem Maria Lacerda se interessou pelo pensamento social e pelas idéias anticlericais. Formou-se na Escola Normal de Barbacena, em 1904, começando logo a lecionar nessa mesma escola. Ativa conferencista, tratava de temas como

Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

educação, direitos da mulher, amor livre, combate ao fascismo e antimilitarismo, tornando-se conhecida não só no Brasil, mas também no Uruguai e Argentina, onde esteve convidada por grupos anarquistas e sindicatos locais.

Maria Lacerda de Moura pode ser considerada uma das pioneiras do feminismo no Brasil e uma das poucas ativistas que se envolveu diretamente com o movimento operário e sindical. Seu pai era membro da Maçonaria em Barbacena, livre pensador e espírita convicto, e cedo a levou ao estudo da filosofia. Os meios de intervir na sociedade proviriam da Pedagogia, como preocupação primeira e contínua. Para Miriam Moreira Leite (2005)⁵, a autora estava convencida de que a educação era uma força revolucionária, talvez por isso ela advogasse que a educação era fundamental para as mulheres, e que estas deveriam ser educadas tendo em vista o bem estar individual e coletivo. Assim como Nísia, Maria Lacerda compreendia que as desigualdades sociais existentes entre os gêneros e a condição em que se encontravam as mulheres, resultavam da diferente educação a que tinham acesso, tanto escolar como não-escolar.

A autora defendia ainda, que assim como o homem, a mulher, “socialmente falando, nasceu mulher antes de ser esposa ou mãe” (LEITE, 2005, p. 59) e, sem filhos, poderia entregar-se melhor aos deveres sociais. Afirmava que a educação, portanto, deveria ter como objetivo educar o pai de família para os deveres do lar, e para ser útil à coletividade, e, da mesma forma, educar a mulher para esposa e mãe, e para colaborar na vida social. No entender de Maria Lacerda, a obra da educação científica, racional para ambos os sexos, seria o mais perfeito instrumento de liberdade (LEITE, 2005).

Maria Lacerda não negava as diferenças biológicas entre homens e mulheres e ressaltava que “O que se quer, com energia indomável, é a igualdade de deveres e direitos” (LEITE, 2005, p. 61), para a autora, de idéias tão corajosas à época, essa condição só poderia ser alcançada por meio da educação intelectual das mulheres, pois compreendia que o desenvolvimento intelectual dessas faria com que revigorassem e não mais se deixassem facilmente espoliar. Acreditando que a mulher educada seria força de resistência contra a exploração do homem pelo homem, foi criticada, mas destemida ao afirmar que a inclusão das mulheres no mercado de trabalho não era uma conquista das lutas feministas, mas um consentimento social resultante da necessidade da mão de obra feminina e, por isso, não operava grandes mudanças nas relações sociais. Maria Lacerda destaca que “Criticism-se a mulher médica, advogada, a escritora, a concorrente afinal. Entretanto, a *ordem moral* da atualidade, obriga a mulher a se empregar nas estradas de ferro, como carregadoras em docas (...)”, ao que, ironicamente, questiona: “Será por gosto, por prazer que uma mulher faz o

⁵ LEITE, Miriam Lifchitz Moreira . Maria Lacerda de Moura / Miriam Lifchitz Moreira Leite. – Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005. 370p. (Série Feministas).

Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

carregamento dos navios ou trabalha em fábrica de explosivos ou em laboratórios de gases venenosos?” (LEITE, 2005, p. 75).

Além disso, a autora dizia que a mulher, ignorante, contribui para perpetuar a mentira no lar, na escola, como mãe e como educadora, “Não tem espírito combativo, não discute conscientemente, não se revolta. É pouco mais que a escrava antiga, dócil, meiga, submissa” (LEITE, 2005, p.76). Por outro lado, defendia a idéia de que o progresso depende das duas facções humanas, e que, portanto, o homem só poderá atingir ao apogeu da sua grandeza intelectual e moral “quando a mulher tiver clarividência moral” (LEITE, 2005, p.84).

Ainda sobre a educação da mulher, Maria Lacerda de Moura defendia que esta deve ser educada ao lado do homem, como companheira (que ela denomina co-educação: LEITE, 2005, p.85), e denunciava a educação que se dava às mulheres, afirmando que “A educação feminina entre nós é tudo quanto quiserem, menos educação” (LEITE, 2005, p.90). Para a autora, a ignorância e a infantilidade da mulher eram cultivadas pela sociedade, e a docência ao ser exercida por essa mulher ignorante e infantil não resultaria uma educação transformadora da realidade social, sendo mesmo, “prejudicial à civilização” (LEITE, 2005, p.103). Acreditando que a educação popular resvalava dia a dia para as mãos da mulher, assim como a escola primária, propunha uma reforma radical do ensino, e educar a mulher, “emancipá-la do sectarismo mesquinho das limitações, alargar as suas concepções acerca da vida e fazê-la ver os vastos horizontes da inteligência humana (...)” (LEITE, 2005, p. 113).

Mas, apesar da sua militância, Maria Lacerda não se autodenominava feminista, em sua obra *Amai e... não vos multipliqueis* (1932), a autora deixa claro que percebe o feminismo como uma palavra “de significação elástica, deturpada, corrompida, mal interpretada”(MOURA, 1932, p. 37)⁶, que já não diz das reivindicações femininas, tendo resvalado para o ridículo, numa concepção vaga. Para a autora, enquanto as mulheres se contentam com as ditas “vitórias do feminismo”: viajar só, estudar em escolas superiores, divorciar-se três ou quatro vezes, ser campeã de qualquer esporte, por exemplo, “a sua verdadeira emancipação é posta de lado ou nem chega a ser descoberta pelos tais reivindicadores de direitos adquiridos”(MOURA, 1932, p. 38).

Século XXI: mulheres, educação, emancipação

O pensamento de Nísia Floresta, em parte compartilhado por Maria Lacerda, de que a educação da mulher deveria servir para torná-la melhor esposa e mãe, que num primeiro momento pode parecer conservador e contraditório para o pensamento feminista atual, nos desafia a refletir

⁶ MOURA, Maria Lacerda de. *Amai e... não vos multipliqueis*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira Editora, 1932. 241p.

Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

ainda, se na busca pela tão desejada “igualdade”, não temos aberto mão de alguns papéis e espaços desde há muito determinados femininos em busca de – e, portanto, supervalorizando – papéis e espaços atribuídos aos homens, num movimento que nega, e mesmo desvaloriza, saberes e habilidades produzidos, desenvolvidos e dominados pelas mulheres. Não estamos com isso contribuindo para a manutenção da idéia culturalmente dada de superioridade masculina? Afinal que “igualdade” desejamos? Queremos ser como os homens, ou queremos ser mulheres, dignamente valorizadas pelo nosso papel social, pela nossa competência intelectual, pelos nossos saberes e aptidões tão essenciais para o bom desenvolvimento de uma sociedade?

Em meio a tantas conquistas, algo há de muito sutil, de quase imperceptível, que faz com que ainda as mulheres se submetam aos caprichos e ao domínio dos homens. Mesmo profissionais, mesmo com salários muitas vezes superiores, as mulheres se submetem, se curvam, não se autorizam, ainda se utilizam de mentiras e de um “jeitinho” para contornar desavenças com seus maridos/companheiros e mantê-los no poder. Por quê?

A educação intelectual parece ser um consenso entre as duas autoras, embora divirjam, em parte, no conteúdo dessa educação. E talvez esse seja um ponto importante para pensar: que educação? Qual conteúdo? O que é importante ensinar de modo que as mulheres tomem consciência da sua condição subalterna, das relações que estabelecem, da formação que possibilitam quando docentes, de forma que se autorizem a falar, a discordar, a assumir seus atos, suas palavras e suas escolhas. E quanto, na formação de professoras/es, tem se possibilitado para uma educação emancipadora?